

**PETIÇÃO (MOD) FAMÍLIA**

## MODIFICAÇÃO DE CLÁUSULA ALIMENTAR

Recurso

Ap. 3.106/89

**LEVANTAMENTO DE VALORES DE PIS/PASEP E CADERNETA DE POUPANÇA —  
FALECIMENTO DE COMPANHEIRO****EMENTA**

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ..... VARA CÍVEL DA COMARCA DE ....., ESTADO DO ..... , brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS A Requerente conviveu maritalmente com ....., falecido em ..... de ..... de ....., conforme escritura pública declaratória e atestado de óbito em anexo. Da união acima, adveio o nascimento de ....., nascida aos .... de ..... de ....., a qual encontra-se casada conforme declara a escritura pública em anexo. Conforme extrato juntado à presente, existe uma depósito na conta sob n.º ....., agência ....., da Caixa Econômica Federal referente ao PIS/PASEP em nome do "de cujus", no valor de R\$ .... Além disso, também existe em nome do "de cujus" uma caderneta de Poupança/Ouro junto ao Banco ..... no valor de RS ....., conforme extrato acostado à presente. A filha do falecido, ....., encontra-se casada e residindo no Japão. DO DIREITO O presente pedido encontra fundamento na Lei 6858, de 24 de novembro de 1980 e do Decreto 85.845 de 26 de março de 198. DOS PEDIDOS Assim sendo, requer-se a Vossa Excelência a autorização desse Douto Juízo para que a Requerente, ....., possa levantar a quantia antes mencionada, bem como seus acréscimos legais, junto às Instituições bancárias supracitadas. Requer-se, ainda, a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita nos termos da Lei n.º 1.060 /50 e alterações posteriores, visto que a Requerente não reúne condições de suportar as despesas com custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, conforme declaração e atestado de pobreza em anexo. Dá-se à causa o valor de R\$ ..... Nesses Termos, Pede Deferimento. Local e data ... Advogado OAB EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ..... VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ....., ESTADO DO ..... , brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA em face de ....., brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., ....., brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., ....., brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS Através dos Autos sob n. .... /..., já tramitado nesse Douto Juízo, as partes obtiveram a Dissolução de Sociedade de fato, eis que, conviveram sob o mesmo teto, por um período de ..... anos; Nos mesmos Autos, ficou estabelecida a partilha dos bens do casal, conforme se infere de fls. ... e ..., bem como, ficou estabelecido o quantum de pensão alimentícia, que o Requerente deveria pagar à Requerida; Entretanto, o Requerente, no afã de resolver a pendência, não reagiu contra a

fixação da prestação alimentar, no momento oportuno durante o desenvolver do processo, con statando agora, que tornou-se impraticável o pagamento a que se fixou, fato que o levará à insolvência fatalmente, como se verá mais adiante; As razões de fato que levam o Requerente a procurar o Poder Jurisdicional, para buscar a reversão da situação estabelecida, são as seguinte